

*8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 28 de Abril de 2005*

## **Acta**

### **Ordem de Trabalhos**

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 25.02.2005

Ponto 4. **Educação** – Pré-Escolar

- . Conservação/Reparação de Jardins de Infância
- . Jardim de Infância de Vinha da Rainha
- . Adjudicação

Ponto 5. **Cultura**

- . 8ª. Semana do Livro e da Cultura
- . Programa

Ponto 6. **Cultura**

- . Apoios ao Investimento
- . 2005 - (1)

Ponto 7. **Cultura** – Apoio a Escolas e Bandas de Música

- . Filarmónica 15 de Agosto Alfarelense
- . Deslocação à Região Autónoma dos Açores

Ponto 8. **Cultura**

- . Apoio Ao Folclore, À Música e ao Teatro
- . Proposta // 2005

Ponto 9. **Desporto e Tempos livres**

- . Conservação/Reparação de Polidesportivos
- . Polidesportivo ao Ar Livre de Soure
- . Adjudicação

Ponto 10. **Desporto e Tempos livres**

- . Conservação/Reparação de Polidesportivos
- . Polidesportivo ao Ar Livre da Vinha da Rainha
- . Adjudicação

Ponto 11. **Desporto e Tempos livres**

- . Apoio ao Desporto
- . Proposta // 2005

Ponto 12. **Desporto e Tempos livres**

- . Apoios ao Investimento
- . 2005 - (1)

Ponto 13. **Desporto** – Eventos/Provas Desportivas

- . Organização - VII Torneio Concelhio de Futsal

Ponto 14. **Acção Social**

- . Participação na CLA/RSI
- . Núcleo Local de Inserção (NLI) do Município de Soure/Constituição

Ponto 15. **Urbanização e Urbanismo**

- . Conservação/Reparação/Ampliação de Edifícios Municipais
- . Torre do Relógio em Soure
- . Ajuste Directo

Ponto 16. **Saneamento e Salubridade** – Rede de Esgotos

- . Etar de Figueiró do campo, Emissário Figueiró/Belide e Conclusão da Rede de Esgotos Domésticos de Marachão

- . Construção de PT
- . Ajuste Directo

Ponto 17. **Protecção Civil** – Fogos Florestais

- . Construção de Pontos de Água
- . Aquisição de Terreno

Ponto 18. **Abastecimento Público** – Água

- . Adutora/Distribuidora à Nova Escola Secundária
- . Homologação do Auto de Recepção Provisória

Ponto 19. **Comunicações e Transportes** – Rede Viária

- . Outras Recargas
- . Arruamentos na Freguesia de Soure - Estrada EN 342 na Camparca
- . Adjudicação

Ponto 20. **Grandes Opções do Plano - PPI e AMR - e Orçamento // 2005**

- . Apreciação de Propostas de Alteração - 3.<sup>a</sup> /3.<sup>a</sup> -

Ponto 21. **Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais/2004**

Ponto 22. **Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas / 2004**

Ponto 23. **Apreciação de uma Proposta de Alteração ao Quadro de Pessoal da Câmara Municipal**

Ponto 24. Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09

### **Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações**

Estiveram a assistir à reunião 4 alunas do 6.º Ano de Escolaridade.

O Senhor Presidente deu início à reunião, prestando as seguintes informações:

#### **\* Educação**

- Continuam a decorrer, ao ritmo normal, as intervenções de reabilitação profunda que estão em curso nos Jardins de Infância de Granja do Ulmeiro e da Vinha da Rainha e nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo da Gesteira e da Vinha da Rainha.
- Continuam também, a bom ritmo, a construção do novo Jardim de Infância e a remodelação da Escola Básica do 1.º Ciclo de Tapeus.

#### **\* Cultura**

- Estivémos presentes no primeiro encontro de Núcleos da Associação de Jovens Vértices a nível regional que teve lugar na Associação Cívica, Cultural e Recreativa de Casal dos Bacelos e Porto Godinho, na Freguesia de Vinha da Rainha e que visou uma acção de convívio entre jovens das várias regiões pastorais da diocese. A Câmara Municipal fez-se representar pela Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno e aproveitou para terminar um processo de apoio ao investimento aprovado recentemente.
- A Câmara Municipal esteve também presente, através do Senhor Vice-Presidente Santos Mota, nas noites da 6.ª Mostra de Música Moderna, iniciativa organizada pelo Clube Desportos de Educação Física do Norte e Soure.

#### \* Desporto

- Continuam a decorrer os investimentos na construção de balneários nos Polidesportivos de Degracias, da Pouca Pena e de Brunhós.

- Já está em curso o investimento na conservação/reparação do Polidesportivo ao Ar Livre da Palmeira.

- A remodelação profunda das Piscinas Municipais ao Ar Livre de Soure está a decorrer ao ritmo previsto e acreditamos que seja possível a sua utilização já no próximo mês de Julho.

- Estivémos presentes no almoço de Aniversário do Núcleo de Árbitros de Futebol do Concelho de Soure, no dia 23 de Abril. A Câmara Municipal tem apoiado, fomentado, estimulado que também haja Árbitros do Concelho. Pensamos que no Futebol como nas mais variadas modalidades os atletas e dirigentes são importantes, mas a verdade é que os árbitros também; por outro lado, pensamos que ser árbitro é um acto de coragem porque a exposição é muito grande e o mais pequeno erro, normalmente, é logo por vezes negativamente comentado. Errar é humano, os árbitros também erram e há que lhes dar estímulo para procurando errar o menos possível, dizer-lhes que temos muito orgulho na dinâmica e na actividade deles, que aliás foi realçada pelo Conselho de Arbitragem Distrital.

- Estivémos no 13.º Aniversário do Grupo Motard's Diabos de Samuel, no qual o Senhor Vice-Presidente aproveitou para fazer a entrega do apoio que aprovámos relativo à 7.ª Concentração de Motard's.

- No dia 24 de Abril, estivémos no Centro Social da Ramalheira, Vale Centeio, Quatro Lagoas e Cotas, no 1.º Passeio Equestre organizado por essa colectividade. Foi uma iniciativa saudável onde estiveram presentes pessoas dos quatro lugares do universo de intervenção da instituição promotora da iniciativa.

- Estivémos presentes no 12.º Aniversário do Clube Tracção Total Aventuras de Soure, no dia 25 de Abril. Voltámos a agradecer a capacidade que eles têm revelado nas iniciativas desportivas que organizam para divulgar o Concelho. Aproveitámos para proceder à entrega do apoio aprovado para o 10.º Saurium TT e ao mesmo tempo referimos que eles não têm esgotado a sua actividade no âmbito desportivo, saudando a colaboração muito positiva e modelar que têm dado aos deficientes do Concelho em parcerias com a APPACDM de Soure, designadamente fazendo uma ligação merecedora de aplauso entre o desporto e a deficiência, com as voltas ao Concelho que têm propiciado dias inesquecíveis a esses “deficientes”.

#### \* Urbanização e Urbanismo

As obras em curso estão a decorrer a um ritmo normal.

#### \* Saneamento e Salubridade

Continuam em curso os investimentos na Etar de Figueiró do Campo e nas Redes de Esgotos, de Casal dos Babelos/Porto Godinho na Freguesia de Vinha da Rainha e de

Pouca Pena e Lugares Limítrofes na Freguesia de Soure.

\* Abastecimento Público de Água

O investimento na nova captação na Freguesia da Vinha da Rainha está a decorrer normalmente.

\* Desenvolvimento Económico

O investimento em curso na Zona Industrial de Soure aproxima-se já da fase final.

\* XXXI Aniversário do 25 de Abril de 1974

Evidentemente que não poderia deixar de fazer uma referência ao programa comemorativo; já o fiz publicamente quando tive o privilégio e a honra de intervir na Sessão Solene, mas de qualquer forma penso que voltámos a ser capazes de, conjuntamente com a Assembleia Municipal e com uma série de Instituições oriundas dos diferentes domínios, comemorar Abril com dignidade e de forma didáctica/pedagógica. Gostaria que os Senhores Vereadores que acompanharam mais de perto algumas das acções pudessem concretizar melhor aquilo que disse no plano dos princípios com abordagens quantitativas de algumas iniciativas culturais e desportivas que integraram esse programa comemorativo.

Interveio a Senhora Vereadora Ana Maria Treno, dizendo: “relativamente às Comemorações do XXXI Aniversário do 25 de Abril de 1974, gostaria de referir que no concurso “*Conhecer Abril*” participaram 14 Escolas das 32 do 1.º Ciclo, com 57 trabalhos de alunos provenientes de 8 Freguesias do Concelho. A exposição que está no Átrio da Câmara Municipal é também uma mostra muito interessante de trabalhos elaborados por alunos de todos os níveis de ensino.

Relativamente ao Torneio de Futsal Escolinhas, participaram 10 equipas de Associações provenientes de 8 Freguesias do Concelho, que envolveram na totalidade 92 crianças, naturalmente, com os responsáveis das 9 Associações participantes. Foi um dia também inesquecível para estas crianças, para além do aspecto desportivo, visitaram a Escola EB 2/3 para onde muitos deles irão daqui a uns tempos. Acima de tudo, ali não é importante ganhar ou perder, interessa o dia feliz e diferente que eles passam e penso que é esse o objectivo principal deste Torneio de Escolinhas: promover este encontro saudável e feliz entre crianças de todo o Concelho.

Gostaria de realçar também a participação da Escola de Música de Pombalinho que nos ofereceu um espectáculo extremamente interessante na noite de 24 para 25 de Abril, bem como a actuação dos alunos do ATL da Casa da Criança de Soure, durante a Assembleia Municipal.”

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências**

**2.1. Licenciamento de Obras Particulares**

**Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de**

hoje.-----

### Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 25.02.2005

**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Acta.-----**

### Ponto 4. Educação – Pré-Escolar

- . Conservação/Reparação de Jardins de Infância
- . Jardim de Infância de Vinha da Rainha
- . Adjudicação

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: Educação Pré-Escolar

Conservação/Reparação de Jardins de Infância

Jardim de Infância da Vinha da Rainha

Adjudicação

Por deliberação de 18.03.2005, a Câmara Municipal decidiu recorrer à figura do **ajuste directo (com consulta obrigatória)** como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

Das três empresas consultadas apenas apresentou proposta a seguinte:

Empresa	Valor	Prazo
Anog - De Albino Nunes Oliveira Guardado	11.861,25	10 Dias

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é ligeiramente superior ao estimado, continuando a ser aceitável, os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Anog - de Albino Nunes Oliveira Guardado**.

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o valor é inferior a **49.879,79 euros** (10.000 contos) - vide alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA.

#### Conclusão

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa** da **audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Anog - de Albino Nunes Oliveira Guardado**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **11.861,25 euros**, acrescido de Iva.

À Consideração Superior,

O Director de Departamento

(Marcus Tralhão, Dr.)

17.04.2005

O Senhor Presidente referiu que: “o que eu proponho é que se aprove a adjudicação à empresa que apresentou a proposta mais favorável.”

**Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo**

## **Senhor Presidente, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----**

### **Ponto 5. Cultura**

- . 8ª. Semana do Livro e da Cultura**
- . Programa**

O Senhor Presidente referiu que: “uma das iniciativas concelhias que marca de forma indelével o calendário cultural do Concelho é a Semana do Livro e da Cultura. Já vamos no 8.º Certame, o que quer dizer que está é uma iniciativa que se consolidou. Pedia à Senhora Vereadora mais directamente ligada à iniciativa que fizesse a apresentação da sua proposta de programa.”

Interveio a Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno, dizendo: “a Semana do Livro e da Cultura vai seguir a estrutura já habitual, de Segunda-feira a Domingo, de 16 a 22 de Maio de 2005. O Programa deste ano vai ter concretamente 24 acções: desde logo a Feira do Livro; a animação da própria feira com um espectáculo de Robertos; os ateliers de expressão que habitualmente estão na feira vão também animar este espaço; vamos ter também duas exposições aliás, uma das exposições tem a ver com uma acções que proporcionámos a todas as Escolas, *“Uma Viagem no Tempo em Soure*. A propósito desta iniciativa, os alunos e professores foram desafiados a fazer trabalhos para depois integrarem uma exposição. A outra exposição terá também trabalhos resultantes de uma outra acção que foi *“A Arca dos Contos”* e que estará na Biblioteca Municipal. Estamos a privilegiar os trabalhos feitos nas Escolas a partir das acções inseridas no Programa Integrado de Promoção da Leitura. Como habitualmente, haverá dois espectáculos infantis, um dirigido ao Pré-Escolar e outro ao 1.º Ciclo. Como são muitos alunos, para o Pré-Escolar haverá três espectáculos e quarto para os alunos do 1.º Ciclo. Naturalmente, tratando-se de uma Semana do Livro, privilegiamos também o Encontro com Escritores. Vamos receber três escritores que conversarão com alunos do 2.º e 3.º Ciclos, Sara Monteiro, Nuno Magalhães Guedes e Isabel Ramalhete. Já para o Ensino Secundário, vamos promover um Workshop subordinado ao tema *“Sexualidade: Conceitos - Valores e Atitudes”* com duas formadoras nesta área, são psicólogas e estão ligadas ao Instituto Português da Juventude. Haverá também uma peça de teatro cujos autores são alunos da Escola Afonso Lopes Viera de Leiria.

Já para os idosos, e tem sido uma preocupação integrarmos todos os níveis etários, vamos proporcionar um espectáculo a que chamámos *“Palavras, História e Ritmos”* e que vai ser protagonizado, quer pela Equipa de Animação da Biblioteca Municipal, quer por alunos do ATL das Escolas do 1.º Ciclo que têm estado a ser ensaiados e preparados pelos nossos dois animadores culturais, o Lucas e o Nuno que, à semelhança daquilo que fizeram com o ATL da Casa da Criança para a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal do 25 de Abril, estão também a preparar estes miúdos para um espectáculo que será dedicado à população em geral, mas muito particularmente aos idosos. Haverá uma interacção geracional dos mais pequenos a proporcionarem um espectáculo àqueles que podem ser os seus avós ou os seus bisavós; participará também neste espectáculo

uma turma do Agrupamento de Escolas de Soure do 9.º Ano, no âmbito de um Projecto da disciplina de Música.

Ao longo da Semana haverá também um Workshop na área da pintura. Estão previstos ainda três Espectáculos Musicais: um deles, na Sessão de Abertura, pelo Grupo Musical do Centro Cultural e Recreativo do Povo de Brunhós; um Café Concerto no Átrio da Câmara Municipal em que estará um grupo do Concelho, os “*Uaite Tang*” e um grupo de fora, os “*New Dixie*” com Jazz, vertente musical que também temos privilegiado nos programas anteriores; na Igreja Matriz, no Sábado, um Concerto em que, mais uma vez, os músicos das 5 Bandas do Concelho se vão juntar e formar uma orquestra, o que constitui também um desafio para eles partilharem experiências e não promoverem só concertos individuais. Neste concerto teremos a participação especial de um tenor que também já esteve presente noutras ocasiões, o Giovanni D’amore.

Dado o êxito das outras edições, também este ano a Semana do Livro e da Cultura encerrará com a Feira à Moda Antiga. Esperemos que o tempo ajude e, à semelhança dos anos anteriores, participarão Escolas, IPSS’s, Grupos de Teatro e Grupos de Folclore do Concelho.

Basicamente é este o programa que, tal como refiro na minha proposta, pretende dar continuidade à linha de actuação da Autarquia no âmbito da criação de hábitos de leitura e da sedução para o prazer de ler; propõe actividades culturais diversificadas e, acima de tudo, pretende reforçar, quer no plano cultural quer no plano educativo, a coesão concelhia. Foram estes os objectivos que estiveram subjacentes à elaboração deste programa.”

O Senhor Presidente continuou dizendo: “acrescentaria à exposição pormenorizada desta proposta feita pela Senhora Vereadora que o investimento previsto neste conjunto de 24 acções dever-se-á aproximar dos 8.500,00 euros, além do apoio logístico em termos de transportes.

A proposta parece-me perfeitamente clara, irá ser divulgada, quer com folhetos, quer por anúncios de rádio e irá, naturalmente, ser objecto de uma candidatura ao Programa Leader.

O que eu proponho é que se aprove esta proposta de programa e a realização das despesas dele decorrentes.”

**Deliberado, por unanimidade, aprovar a Programa proposto, assim como as despesas dele decorrentes.-----**

#### **Ponto 6. Cultura**

- . Apoios ao Investimento
- . 2005 - (1)

**CULTURA**

## Apoios ao Investimento // 2005 - (1)

### Proposta

Entidade	Transferência de Capital
Moto Clube Santo Isidro	1.000,00 €
Paróquia de Pombalinho - Comissão da Capela de Sabugueiro	5.500,00 €
Paróquia de Soure - Comissão da Capela de Porto Coelho	5.500,00 €
Associação de Jovens de Soure	5.000,00 €
Paróquia de Soure - Comissão Fabriqueira da Capela do Casconho	10.000,00 €

O Presidente  
(João Gouveia, Dr.)  
2005.04.28

O Senhor Presidente referiu que: “está é uma proposta de apoios ao investimento na Cultura no corrente ano. Explicitando:

Moto Clube de Santo Isidro - numa das últimas visitas o ano passado, quer a Câmara Municipal, quer a Junta de Freguesia da Gesteira, assumiram o compromisso conjunto de cofinanciar um investimento na requalificação do palco da sede social, portanto, estamos a contribuir com 50% do investimento.

Paróquia de Pombalinho - Comissão da Capela de Sabugueiro – na prática, trata-se de uma requalificação de um espaço que servirá para efeitos culturais, não dissociável do investimento em curso na área da saúde. Como sabem, dentro em breve entrará em funcionamento a nova Extensão de Saúde de Degraças/Pombalinho e haverá uma carrinha que visitará as diferentes localidades da Freguesia de Pombalinho, sendo que nas sedes das Associações Culturais ou em espaços adequados podem estar as pessoas que mais precisam, diariamente à espera da carrinha. No fundo, trata-se de um apoio de cerca de 80% para um investimento de 7.500,00 euros.

Paróquia de Soure - Comissão da Capela de Porto Coelho – trata-se de um apoio de cerca de 80% para a aquisição de equipamento, mobiliário e sino.

Associação de Jovens de Soure - são obras de conservação/reparação: impermeabilização de coberturas, pintura de tectos e paredes, revestimento de lambrins e instalações técnicas, estando orçadas em 8.400,00 euros.

Paróquia de Soure - Comissão Fabriqueira da Capela do Casconho – trata-se de um apoio de 50% do investimento que irá ser desenvolvido na primeira fase de reconstrução total da capela.

É esta a proposta e, evidentemente, que a curto prazo aparecerá outro pacote.”

**Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente.**

**Ponto 7. Cultura – Apoio a Escolas e Bandas de Música**

- . Filarmónica 15 de Agosto Alfarelense
- . Deslocação à Região Autónoma dos Açores

O Senhor Presidente referiu que: “a proposta decorre do facto do custo desta deslocação já apoiada ter atingido valores superiores ao previsto em cerca de 15.000,00 euros; assim propõe-se que atribuamos, a título excepcional, um reforço de sensivelmente 50% - 7.500,00 euros.”

**Deliberado, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio no valor de 7.500,00 euros.**

**Ponto 8. Cultura**

- . Apoio Ao Folclore, À Música e ao Teatro
- . Proposta // 2005

Foi presente a seguinte informação:

## **CULTURA**

### **PROPOSTA DE APOIO P/ 2005**

#### **1. Ao FOLCLORE**

Ranchos não Federados	1.980,00 €/ ano	165,00 €/ mês
Grupos de Pauliteiros	2.100,00 €/ ano	175,00 €/ mês
Ranchos Federados	2.100,00 €/ ano	175,00 €/ mês

#### **Festivais - Mínimo de 4 Grupos -**

Nacional sem qualquer Grupo Federado	A = 625,00 € + 125,00 €p/Grupo, além de 4, no máximo de 4
Nacional com Grupo(s) Federado(s)	B = A + 150,00 € p/Grupo Federado, no máximo de 4
Internacional	C = B + 250,00 €p/ Grupo Estrangeiro, no máximo de 4

#### **2. À MÚSICA**

Bandas	2.400,00 €/ ano	200,00 € / mês
Tunas	2.100,00 €/ ano	175,00 € / mês
Escolas de Música (mínimo 10 alunos)	1.800,00 €/ ano	150,00 € / mês

\* Aniversário das Bandas - 1.750,00 €p/ investimento.

### 3. Ao TEATRO

Grupo	1.800,00 €/ ano	150,00 €/ mês
-------	-----------------	---------------

O Presidente da Câmara  
(João Gouveia, Dr.)  
2005.04.26

O Senhor Presidente referiu que: “como sabem, anualmente aprovamos um quadro de apoio regular às actividades culturais. Devo dizer-vos que este quadro que estamos a propor para 2005, apenas tem uma alteração relativamente ao que vigorou em 2004.

Os Grupos de Teatro tiveram uma fase inicial, consolidaram a sua actividade e portanto, faz todo o sentido que actualizemos o seu apoio mensal de 100,00 euros para 150,00 euros.

Assim os apoios, quer para os Ranchos não Federados, quer para o Grupo de Pauliteiros, quer para os Ranchos Federados, quer para os Festivais, quer para as Bandas, quer para as Tunas, quer para as Escolas de Música, quer para os Aniversários das Bandas são rigorosamente as que têm estado em vigor.

Assim, o que eu proponho é que se aprove a proposta apresentada .”

**Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente.**-----

#### Ponto 9. Desporto e Tempos livres

- . Conservação/Reparação de Polidesportivos
- . Polidesportivo ao Ar Livre de Soure
- . Adjudicação

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: Desporto e Tempos Livres  
Conservação/Reparação de Polidesportivos  
Polidesportivo ao Ar Livre de Soure  
Adjudicação

Por deliberação de 31.03.2005, a Câmara Municipal decidiu recorrer à figura do **ajuste directo (com consulta obrigatória)** como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

Das três empresas consultadas apenas apresentou proposta a seguinte:

Empresa	Valor	Prazo
Euroténis – Equipamentos Desportivos, Lda	24.920,40	10 Dias

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta embora superior ao estimado, continuando a ser aceitável, os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Euroténis - Equipamentos Desportivos, Lda.**

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o valor é inferior a **49.879,79 euros** (10.000 contos) - vide alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA.

### **Conclusão**

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa da audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Euroténis - Equipamentos Desportivos, Lda**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **24.920,40 euros**, acrescido de Iva.

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
21.04.2005

O Senhor Presidente referiu que: “o que eu proponho é que se aprove a adjudicação da presente empreitada à empresa que apresentou a proposta mais favorável.”

**Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----**

### **Ponto 10. Desporto e Tempos livres**

- . **Conservação/Reparação de Polidesportivos**
- . **Polidesportivo ao Ar Livre da Vinha da Rainha**
- . **Adjudicação**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: Desporto e Tempos Livres  
Conservação/Reparação de Polidesportivos  
Polidesportivo ao Ar Livre de Vinha da rainha  
Adjudicação

Por deliberação de 31.03.2005, a Câmara Municipal decidiu recorrer à figura do **ajuste directo (com consulta obrigatória)** como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

Das três empresas consultadas apenas apresentou proposta a seguinte:

<b>Empresa</b>	<b>Valor</b>	<b>Prazo</b>
Euroténis – Equipamentos Desportivos, Lda	18.580,40	10 Dias

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao estimado, os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Euroténis - Equipamentos Desportivos**,

**Lda.**

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o valor é inferior a **49.879,79 euros** (10.000 contos) - vide alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA.

### **Conclusão**

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa da audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Euroténis - Equipamentos Desportivos, Lda**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **18.580,40 euros**, acrescido de Iva.

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
21.04.2005

O Senhor Presidente referiu que: “o que eu proponho é que se aprove a adjudicação da presente empreitada à empresa que apresentou a proposta mais favorável.”

**Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----**

### **Ponto 11. Desporto e Tempos livres**

- . Apoio ao Desporto
- . Proposta // 2005

## **PROPOSTA DE APOIO AO DESPORTO / 2005**

a) Disputa de provas de Futebol de 11

Equipas Séniores	2ª Divisão Nacional B	87.500,00 € / ano	8.750,00 € / mês
	3ª Divisão Nacional	75.000,00 € / ano	7.500,00 € / mês

	Divisão de Honra	12.500,00 € / ano	1.250,00 € / mês
	1ª Divisão Distrital	7.500,00 € / ano	750,00 € / mês

Equipas Jovens	Infantis	2.250,00 € / ano	225,00 € / mês
	Iniciados	“	“
	Juvenis	“	“
	Juniores	“	“

INATEL	750,00 € / ano	75,00 € / mês
--------	----------------	---------------

b) Disputa de provas Distritais de Futebol de 5

Equipas Seniores Masculinas	3.750,00 € / ano	375,00 € / mês
Equipas Seniores Femininas	2.750,00 € / ano	275,00 € / mês
Equipas Jovens	1.500,00 € / ano	150,00 € / mês

C) Disputa de provas noutras modalidades

C1)

Atletismo	750,00 € / ano	75,00 € / mês
-----------	----------------	---------------

C2)

Remo	1.500,00 € / ano	150,00 € / mês
------	------------------	----------------

O Presidente  
(João Gouveia, Dr.)  
2005.04.26

\* Aplicável à Época  
2004/2005, e base para 2005/2006

O Senhor Presidente referiu que: “esta proposta é aplicável à época em curso que já caminha para o fim e base para 2005/2006, não apresentando nenhuma alteração comparativamente com a que estava em vigor.”

**Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente.**

Ponto 12. Desporto e Tempos livres

- . Apoios ao Investimento
- . 2005 - (1)

**DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

Apoios ao Investimento // 2005 - (1)

Proposta

Entidade	Transferência de Capital
Grupo Desportivo Sourense	10.000,00 €

O Presidente  
(João Gouveia, Dr.)  
2005.04.28

O Senhor Presidente referiu que: “o Grupo Desportivo Sourense realizou um investimento de ≈ 15.000,00 euros, na colocação de 380 cadeiras modelo tejo, aquisição de chapas em fibra para cobertura dos camarotes, pintura de paredes e tectos nos Balneários, Posto Médico, Bar e Gabinetes Técnicos, substituição de todas as canalizações dos balneários e wc’s, substituição de expressores de rega no campo de jogos e teve que na sede do clube, a propósito da parceria com a Educação, fazer um tratamento anti-fúngico, pintar o salão, wc’s e gabinetes anexos.”

**Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.-----**

**Ponto 13. Desporto – Eventos/Provas Desportivas**  
. Organização - VII Torneio Concelhio de Futsal

O Senhor Presidente referiu que: “a Câmara Municipal para além do apoio a diversas iniciativas também tem vindo a organizar alguns eventos desportivos. Este é um daqueles eventos, como eu tenho dito sempre, que já está enraizado no calendário desportivo do Concelho e cujos objectivos principais são um estímulo à prática do desporto, logo uma melhor formação de jovens dos diferentes escalões etários, e também o reforço da coesão concelhia com a participação de muitos jovens de diferentes lugares e freguesias do nosso Concelho. Também aqui, está bem presente o aspecto descentralizador, com utilização dos múltiplos equipamentos desportivos existentes no concelho.

Temos vindo sempre a referir que não há qualquer competitividade entre a organização deste torneio e os muitos torneios que decorrem no concelho, no Verão, organizados pelas diferentes colectividades.

Assim, proponho ao executivo a aprovação da realização do VII Torneio Concelhio de Futsal.”

**Deliberado, por unanimidade, aprovar a organização da iniciativa em epígrafe e autorizar a realização das despesas daí decorrentes.-----**

**Ponto 14. Acção Social**  
. Participação na CLA/RSI

## . Núcleo Local de Inserção (NLI) do Município de Soure/Constituição

O Senhor Presidente referiu que: “a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno, como tem vindo a ser hábito, voltou a apresentar uma informação exaustiva para que tomemos conhecimento daquilo que tem sido a acção da Câmara Municipal, no âmbito da sua participação, na Comissão Local de Acompanhamento do Rendimento Social de Inserção.”

**Foi tomado conhecimento**

### Ponto 15. Urbanização e Urbanismo

- . Conservação/Reparação/Ampliação de Edifícios Municipais
- . Torre do Relógio em Soure
- . Ajuste Directo

Do Departamento de Obras e Urbanismo foram presentes as seguintes informações:

Assunto: Urbanização e Urbanismo

Conservação/Reparação/Ampliação de Edifícios Municipais

Torre do Relógio em Soure

Escolha de Procedimento Prévio

Com vista à execução da empreitada em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

#### 1. Escolha de Procedimento Prévio à Contratação

Relativamente à empreitada em epígrafe sugiro a adopção da modalidade de **ajuste directo (com consulta obrigatória)**, não obstante o valor estimado para as obras seja de **4.657,76 euros**, inferior ao limite máximo de **4.987,98 euros** estabelecido para o recurso a esta figura (vide alínea e) e f) do n.º 2 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02.03).

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a **149.639,36 euros** - (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma).

O encargo previsto para a presente empreitada tem cabimento no orçamento para o presente ano de 2005 pela rubrica **03.01.07.01.03.07** e trata-se de acção inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de **05.004 2004/99**.

#### 2. Processo

Aprovar o documento em anexo.

#### 3. Consultar a(s) Seguinte(s) Entidade(s)

Deste modo, sugerimos a consulta, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março, às seguintes empresas:

- . Leirlena - Sociedade de Construções, SA;
- . Anog - De Albino Nunes de Oliveira Guardado;

. F. Martins - Construções e Obras Públicas, Lda.

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
22.04.2005

e

Assunto: Urbanização e Urbanismo  
Construção/Reparação/Ampliação de Edifícios Municipais  
Torre do Relógio em Soure

Por se tratar de um Edifício Municipal cujo aspecto exterior merece especial cuidado, consideramos ser necessário proceder à limpeza e posterior pintura com tinta plástica branca da fachada da Torre do Relógio na Rua Alexandre Herculano em Soure.

Esta intervenção está incluída no Plano de Actividades para o ano de 2005 e tem um valor que se estima em aproximadamente 4.657,76 euros + Iva.

À Consideração Superior,  
O Técnico  
(Evaristo Duarte)  
22.04.2005

O Senhor Presidente referiu que: “os serviços recomendaram que se proceda à limpeza e posterior pintura com tinta plástica da fachada da Torre do Relógio, na Rua Alexandre Herculano. Pensamos que este é, de facto, um edifício do património municipal que merece especial cuidado.

Assim, o que eu proponho é que se aprove o ajuste directo com consulta para a conservação/reparação da Torre do Relógio.”

**Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----**

**Ponto 16. Saneamento e Salubridade – Rede de Esgotos**

- . Etar de Figueiró do campo, Emissário Figueiró/Belide e Conclusão da Rede de Esgotos Domésticos de Marachão
- . Construção de PT
- . Ajuste Directo

Do Departamento de Obras e Urbanismo foram presentes as seguintes informações:

Assunto: Saneamento - Rede de Esgotos  
Etar de Figueiró do Campo, Emissário Figueiró/Belide e Conclusão da Rede de Esgotos Domésticos de Marachão  
Construção de PT  
Escolha de Procedimento Prévio

Com vista à execução da empreitada em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

### 1. Escolha de Procedimento Prévio à Contratação

Relativamente à empreitada em epígrafe sugiro a adopção da modalidade de **ajuste directo (com consulta obrigatória)**, uma vez que o valor estimado para as obras é de **12.650,00 euros**, superior ao limite máximo de **4.987,98 euros** estabelecido para o recurso ao ajuste directo sem consulta obrigatória (vide alínea e) do n.º 2 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02.03).

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a **149.639,36 euros** - (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma).

O encargo previsto para a presente empreitada tem em parte cabimento no orçamento para o presente ano de 2005 pela rubrica **03.02.07.03.03.01** e trata-se de acção inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de **06.001 2002/122**.

### 2. Processo

Aprovar projecto e o documento em anexo.

### 3. Consultar a(s) Seguinte(s) Entidade(s)

Deste modo, sugerimos a consulta, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março, às seguintes empresas:

- . **Irmãos Heleno, Lda;**
- . **Canas - Electromontagens, SA;**
- . **HEMAPALI, lda.**

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
22.04.2005

e

Assunto: Etar de Figueiró do Campo, Emissário Figueiró/Belide e Conclusão da Rede de Esgotos Domésticos de Marachão  
Construção de Pt  
Ajuste Directo

Para fornecimento da energia eléctrica necessária ao funcionamento da Etar em epígrafe, será imperioso, de acordo com o projecto eléctrico respectivo, construir um posto de transformação (PT) de 160 kva.

Considerando que o valor estimado para o seu custo é de **12.650,00 euros**, sugere-se a sua execução por ajuste directo.

À Consideração Superior  
(Mário Monteiro, Eng.º Civil)  
2005.04.22

O Senhor Presidente referiu que: “as obras na Etar de Figueiró estão a aproximar-se da recta final e é preciso garantir a operacionalidade destes equipamentos. Como estava previsto, havia que juntar à linha de média tensão a construção de um PT. Aquilo que eu proponho é que se aprove o ajuste directo com consulta obrigatória a

três empresas, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.”

**Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----**

**Ponto 17. Protecção Civil – Fogos Florestais**  
**. Construção de Pontos de Água**  
**. Aquisição de Terreno**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: Fogos Florestais  
Construção de Pontos de Água  
Aquisição de parcela de terreno

Existe no lugar do Barrôco um ponto de água, construído há alguns anos e que neste momento se encontra rodeado de árvores que surgiram nos terrenos adjacentes.

Em caso de fogos florestais em que se torne necessário o reabastecimento dos meios aéreos, a situação atrás referida impede a realização de manobras dos helicópteros em condições de segurança adequadas.

Para solucionar este problema é necessário adquirir uma parcela de terreno com 254m<sup>2</sup> junto ao referido ponto de água, pertencente à Sr.<sup>a</sup> Maria Alice Gonçalves Leal Cordeiro Costa, residente na Av.<sup>a</sup> Heróis do Ultramar, 205 em Pombal.

Na sequência de anteriores aquisições, foi proposto o preço de 3,00 euros/m<sup>2</sup>, valor que a proprietária aceitou e nos parece razoável.

Trata-se de uma intervenção incluída no Plano de Actividades para o ano de 2005 e tem um valor aproximado de 762,00 euros.

À Consideração Superior,  
O Técnico  
(Evaristo Duarte)  
22.04.2005

e

Informação

Tendo em conta a presente informação, compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18.09, a decisão sobre aquisição do imóvel em causa.

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
22.04.2005

O Senhor Presidente referiu que: “relembrar-vos que nos 12 pontos de água foi verificada a sua operacionalidade, tendo-se constado que nos num deles, o do Barroco, na Freguesia de Vila Nova de Anços, ao longo dos últimos anos houve um crescimento anormal ou não de espécies vegetais que poderia criar algumas dificuldades se algum

meio aéreo tiver necessidade de o utilizar. Os serviços negociaram de imediato aquisição dos terrenos adjacentes, aprovámos na última reunião de Câmara a compra de uma parcela e hoje trata-se da outra.

O que eu proponho é que se aprove a aquisição de uma parcela de terreno com 254m<sup>2</sup> a 3,00 euros/m<sup>2</sup>, conforme decorre da informação técnica dos serviços.”

**Deliberado, por unanimidade, aprovar a aquisição de uma parcela de terreno, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----**

**Ponto 18. Abastecimento Público – Água**

. Adutora/Distribuidora à Nova Escola Secundária

. **Homologação do Auto de Recepção Provisória**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: Abastecimento Público - Água

Adutora/Distribuidora à Nova Escola Secundária

Recepção Provisória - Homologação de Auto

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **29.06.2004**, à empresa **Redevias - Sociedade de Construções e Vias, SA**, pelo valor de **64.295,96 euros**, acrescido de Iva.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 217.º a 219.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março.

Deverá também proceder-se à abertura do inquérito administrativo nos termos dos artigos 224.º e segs. do mesmo diploma.

À Consideração Superior,

O Director de Departamento

(Marcus Tralhão, Dr.)

21.04.2005

O Senhor Presidente referiu que: “o que eu proponho é que se aprove a homologação do auto de recepção provisória bem como a abertura do correspondente inquérito administrativo.”

**Deliberado, por unanimidade, aprovar a homologação do auto de recepção provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----**

**Ponto 19. Comunicações e Transportes – Rede Viária**

. Outras Recargas

. Arruamentos na Freguesia de Soure - Estrada EN 342 na Camparca

. **Adjudicação**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: Comunicações e Transportes  
Outras Recargas  
Arruamentos na Freguesia de Soure  
Estrada EN 342 na Camparca  
Adjudicação

Por deliberação de 31.03.2005, a Câmara Municipal decidiu recorrer à figura do **ajuste directo (com consulta obrigatória)** como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

Das três empresas consultadas apenas apresentaram propostas:

Empresa	Valor	Prazo
Redevias - Sociedade de Construções e Vias, SA	14.340,75	10 Dias
José França - Construções, SA	15.669,00	“

Tendo em conta o critério de adjudicação - o do preço mais baixo -, que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao estimado, os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Redevias - Sociedade de Construções e Vias, SA**.

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o valor é inferior a **49.879,79 euros** (10.000 contos) - vide alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma.

Dada a urgência na realização desta empreitada face ao mau estado em que se encontra o pavimento, pondo em risco a segurança de pessoas e bens, e a importância que esta ligação representa, sugerimos a dispensa de audiência prévia dos concorrentes nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 103.º do CPA.

### Conclusão

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa** de audiência prévia dos concorrentes nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 103 do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Redevias - Sociedade de Construção e Vias, SA**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **14.340,75 euros**, acrescido de Iva.

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
21.04.2005

O Senhor Presidente referiu que: “o que eu proponho é que se aprove a adjudicação à empresa que apresentou a proposta mais favorável, conforme decorre da informação técnica dos serviços.”

**Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, conforme decorre da informação técnica dos**

## **serviços.-----**

### **Ponto 20. Grandes Opções do Plano - PPI e AMR - e Orçamento // 2005 . Apreciação de Propostas de Alteração - 3.<sup>a</sup> /3.<sup>a</sup> -**

O Senhor Presidente referiu que: “trata-se de mais uma pequena alteração ao Plano e ao Orçamento, não se verificando qualquer abandono das opções que constam do plano aprovado.”

### **Deliberado, por unanimidade, aprovar as propostas de alteração - 3.<sup>a</sup>/3.<sup>a</sup>. ---**

### **Ponto 21. Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais/2004**

O Senhor Presidente referiu que: “como sabem, um inventário é uma descrição dos bens, direitos e obrigações de uma qualquer Instituição. A legislação aplicável diz que nós devemos sempre apreciar e votar um inventário, designadamente de bens e direitos, porque as obrigações, que é o que devemos, essas constam do Relatório de Gestão, são às dívidas à Banca e a Outros Credores.

Quanto ao inventário o que é que nós temos alertado nos últimos exercícios, quer quando o fizemos para 2002, 2003 e agora para 2004? Temos alertado o seguinte: a partir de 2002 com a implementação do Pocal, passou-se a fazer uma contabilidade de relevação das operações mas também uma contabilidade patrimonial que até aí não existia com o anterior Plano Oficial de Contas, o que significa que todas as variações no imobilizado de Janeiro de 2002 para a frente estão naturalmente relevadas patrimonialmente, mas já no que toca ao património municipal anterior a 1 de Janeiro de 2002, o mesmo é dizer até 31 de Dezembro de 2001, continua a decorrer um processo complexo e moroso. Nós temos que apreciar um inventário de bens onde se começa por explicar tecnicamente os critérios de valorimetria, que são os que decorrem da Lei, e que são os mesmíssimos critérios de anos anteriores.

Nós, apesar de tudo, começámos por apresentar um activo imobilizado de cerca de 20.000.000,00 euros e agora com a evolução deste processo de recuperação estamos quase nos 40.000.000,00 euros.

Foram também distribuídos quadros daquilo que são os bens móveis em termos de equipamentos administrativo, imobilizações corpóreas, equipamento básico, equipamento de transporte, ferramentas e utensílios, o que significa que neste momento podemos dizer que temos em inventário cerca de 40.000.000,00 euros entre bens imóveis e bens móveis.

O que importa é que compreendamos que este valor do activo imobilizado ainda não é, embora para lá caminhe, o activo real porque ainda não está terminado o processo de inventariação patrimonial relativo a tudo o que foi feito ou adquirido antes de 31.12.2001, o que significa que este valor continuará a pecar por defeito.”

### **Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de Inventário**

**apresentada. --**

## **Ponto 22. Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas / 2004**

O Senhor Presidente referiu que: “nos termos da legislação em vigor, falar de documentos de prestação de contas do exercício económico para uma Câmara significa apresentar o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Mapas de Execução Orçamental, os Anexos e o Relatório de Gestão que a Lei não diz bem o que é mas que nós temos considerado dever ser uma descrição exaustiva da actividade municipal desenvolvida durante o ano e a evolução verificada nas rubricas relativamente às quais há limites legais, quer o endividamento, quer as despesas com o pessoal e depois as considerações finais.

A apresentação da proposta deste ano assenta numa estrutura exactamente igual à de anos anteriores, e sobre cada um dos documentos importará referir o seguinte:

Balanço - um balanço tem de um lado o activo e como sabem no activo estão os valores em caixa, bancos e o imobilizado, no lado do passivo estão as dívidas à banca e a outros credores que não à banca.

O activo ainda está subavaliado porque se dissemos, a propósito do inventário, que ainda não está tudo inventariado, a parte que não está inventariada não está no activo.

De qualquer forma, neste momento, a diferença entre o activo e o passivo já ronda cerca de 25.000.000,00 euros, o que nos permite dizer que a nossa situação líquida é activa, isto é o nosso valor do património, a diferença entre os bens, direitos e as obrigações, neste momento, evoluiu de cerca de 21.500.000,00 euros para quase 25.000.000,00 euros.

Mesmo assim, aquilo que importa referir é que a nossa situação líquida apesar de cada vez mais sólida em termos activos, isto é, o activo muito superior ao passivo, sê-lo-ia ainda mais se porventura estivesse concluído o processo de inventariação que levaria a um activo mais expressivo.

Demonstração de Resultados - a Câmara não tem, não pode ter como objectivo o lucro; o que a Câmara pretende é ter uma gestão, tanto quanto possível, que liberte meios para desenvolver investimento público que é absolutamente necessário para a promoção do bem-estar colectivo. Este ano voltámos a ter, pelo terceiro ano consecutivo, um resultado líquido do exercício positivo, concretamente de 2.452.347,03 euros.

Há curiosamente um tipo de despesa pública que nós temos feito todos os anos, na qual temos o maior orgulho, mas que é uma despesa pública que prejudica o resultado. Nós estamos sempre a dizer que temos uma política descentralizadora e este ano voltámos a tê-la, voltámos a transferir quer para as Juntas de Freguesia, quer para as Associações Culturais, Desportivas, Acção Social, Protecção Civil, qualquer coisa como quase um milhão de euros.

Porém, contabilisticamente, sempre que nós aprovamos um apoio ao investimento para uma instituição, isso é classificado como custo extraordinário do exercício.

Assim, este resultado, como os dos exercícios anteriores, apesar de fortemente positivo está negativamente influenciado pelo facto de as transferências de capital

correspondentes a apoios ao investimento serem contabilisticamente tratadas como custos extraordinários do exercício, ou seja, quanto maior for a descentralização menor será o resultado do exercício, o que é uma perversão em termos daquilo que tem sido uma das nossas apostas a nível de gestão municipal.

Quadro Resumo de Execução Orçamental - este mapa diz-nos claramente perante a receita prevista e a despesa prevista qual foi a receita que arrecadamos e a despesa que realizámos. Se fizerem o quociente entre a despesa realizada e a prevista verificarão que temos uma execução orçamental de 79,5%, quase 80%, o que é um excelente resultado em termos de execução orçamental. Mas mais, há uma receita prevista que é a venda de bens de investimento, normalmente utilizada apenas para dar cobertura à dívida a credores que não a banca; não vendemos nada, vendemos 0,03%, ou seja, aquilo que se pode verificar é que, nós à partida, tivemos 79,5% em 80,75%, e que, em bom rigor, a execução orçamental foi de 98,5%.

Há outra questão que importa sempre ver que é como é que evoluiu a comparação entre a receita corrente arrecadada e a despesa corrente realizada. Se repararem, mais uma vez, a receita corrente arrecada foi superior à despesa corrente realizada, e foi superior em cerca de 1.200.000,00 de euros, ou seja, foi superior por um valor muito superior ao previsto; é que nós tínhamos previsto 7.369.822,00 euros/6.806.767,00 euros que dava apenas 500.000,00 euros de auto-sustentação, e obtivemos uma auto-sustentação de um 1.200.000,00 euros.

Concluindo, em termos de mapas avaliadores da execução orçamental importa referir que o grau de execução do orçamento foi 79,5%; por outro lado observou-se uma consolidação da auto-suficiência orçamental, entenda-se a receita ordinária corrente ser superior à despesa ordinária corrente e porque é superior, liberta meios para investimento.

Quando se quer ver a marca descentralizadora vai-se às transferências de capital e aqui têm administração local e outras, e se repararem foram transferidos 181.704,45 euros mais 760.811,20 euros. Se verificarem, só em despesas de capital foram realizadas transferências de capital no valor de 942.515,65 euros, que é  $\approx 17/18\%$ , isto é, quase 20% das despesas de capital foram investimento público indirecto, ou seja, aposta na descentralização.

Relatório de Gestão - o relatório de gestão é a descrição de todas as actividades que, de três em três meses, área a área, colocamos nas informações escritas que fazemos para a Assembleia Municipal. Aqui, área a área, está uma descrição exaustiva de tudo aquilo que foram as acções, os investimentos realizados durante o ano de 2004, nas diferentes áreas que são atribuições legais da Câmara Municipal.

Quanto à repartição inicial/repartição final, dizer-vos o seguinte: Educação - 5,95%/5,97%; Cultura, Desporto e Tempos Livres - 13,65%/13,77%; Acção Social - 1,75%/1,70%; Saúde - 1,99%/2,03%; Habitação, Urbanização e Urbanismo - 21,39%/21,58%; Saneamento e Salubridade - 12,52%/12,73%; Protecção Civil 2,23%/2,10%; Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público - 14,08%/14,30%; Comunicações e Transportes - 25,48%/24,87%; Defesa do Meio Ambiente - 0,96%/0,95%.

Isto quer dizer o quê? Quer dizer que a repartição final foi muito, mas muito semelhante à repartição inicial o que, do nosso ponto de vista, permite afirmar que os três

principais objectivos foram atingidos; manter um razoável nível de investimento público, manter uma lógica evolutiva na sua repartição e por isso continuarmos a caminhar para que o Concelho seja cada vez mais homogéneo e humanizado.

Convirá realçar também que se registou um excelente grau de execução, concretamente de 96,45%, isto é, foram desenvolvidas quase todas as acções previstas.

Quanto ao Relatório de Gestão, não vou destacar nenhuma das actividades porque o nosso entendimento sobre o que é o desenvolvimento é de que o bem estar colectivo, a sua melhoria, resulta sempre de um conjunto integrado e alargado de investimentos e não apenas de um qualquer, por muito significado económico que tenha.

Em termos de anexos gostaria que abordássemos a questão do Endividamento e das Despesas com o Pessoal. Porquê o Endividamento, porquê as Despesas com o pessoal? Porque são exactamente os dois itens para os quais a Lei definiu limites legais.

Se pensarmos na utilização dos limites legais do endividamento verifica-se o seguinte: estávamos com uma utilização da capacidade do endividamento a 56,80% em 2003 e agora estamos a 54,30%, ou seja, estávamos a pouco mais de metade dos limites legais.

Como sabem, nos últimos três anos esta Lei não tem sido revogada, mas tem tido a sua eficácia suspensa todos os anos porque os sucessivos governos ao aprovarem a Lei do Orçamento Geral de Estado para cada ano, embora mantendo a Lei, os limites têm sido reduzidos para metade, daí que nós, contrariando o que foi dito aquando da tomada de posse no início deste mandato, há dois anos que não temos podido recorrer ao crédito.

De qualquer maneira isto quer dizer que mesmo comparando o ano passado 31.12.2003 com 31.12.2004, descemos de 56,80% para 54,30%.

Se repararem nos encargos financeiros, 670.859,02 euros são amortizações e apenas 229.908,97 euros são juros, o que é que isto quer dizer? Que se nos tivéssemos substituído estes empréstimos por outros com período de carência e estivéssemos apenas a pagar juros e a não amortizar, podíamos estar aqui, através de engenharia financeira, com a nossa utilização da capacidade de endividamento numa percentagem muito inferior.

Em matéria de endividamento, como podem ver, e aliás compreensivelmente, a dívida à banca, porque só estamos a amortizar, diminuiu de 9.197.541,11 euros para 8.869.824,93 euros, mas já a dívida a outros credores aumentou ligeiramente. Reparem, nós tínhamos em venda de bens de investimento 2.800.000,00 euros, fechámos com uma dívida a outros credores com 2.453.541,35 euros.

A dívida no global, apesar de tudo, baixou, porquê? Porque o valor com que diminuámos a dívida à banca foi ligeiramente superior ao valor com que aumentou a dívida a outros credores que não a banca.

Evolução das despesas com o Pessoal - como sabem, há dois tipos de despesas com o pessoal que são avaliadas: pessoal do quadro e pessoal noutra situação.

As despesas com o pessoal do quadro não podem ultrapassar 60% das receitas correntes do ano anterior e aquilo que se verifica é que este ano evoluímos de 31,56% para 31,71%, um ligeiríssimo agravamento que já está ultrapassado, porque o aumento das receitas correntes de 2004 permitirá que em 2005 este valor baixe.

De qualquer forma, se repararem, para um limite de 60%, o valor está a quase na

mesma, a pouco mais de metade.

Quanto ao pessoal noutra situação aí os limites legais são de 25% dos 60% das receitas correntes do ano anterior, nesses 25% estamos a 10,65%, ligeiramente superior aos 10,18% do ano anterior e inferior a 2002, e muito abaixo de metade daquilo que é o valor limite.

Depois ainda há um outro quadro, porquê? Porque há duas interpretações legais sobre a forma de cálculo; há uma que diz que as despesas com ajudas de custo e trabalho extraordinário não contam para isto e há uma outra que diz que devem contar. O que se passa é de avaliar qual é o peso das despesas ordinárias normais, essas é que se têm que pagar sempre, as anormais podem existir ou não. Mesmo para aqueles que defendem que essas devem entrar, nós estaríamos numa situação de 36,62% e no outro pessoal numa situação de 12,40%, claramente com valores muito longe dos limites legais.

Aplicação do Resultado do Exercício - a Lei determina que devamos aprovar no final de cada ano ou quando se aprova as Prestações de Contas, o destino a dar ao resultado do exercício, os tais 2.500.000,00 euros. Normalmente os destinos que a Lei prevê tem que ser ou para reforço do património ou para constituição de reservas. Nós o que é que temos vindo a fazer? Como o património ainda não está todo inventariado, estamos a colocar 5% que é o valor mínimo para a reserva legal e o resto para reforço do património.

Mais tarde, quando viermos a ter o processo de inventariação de bens, nomeadamente do activo imobilizado, nessa altura fará sentido que possamos vir a constituir reservas para outros fins que não apenas a reserva legal, se não estaríamos a prejudicar duplamente o património, no que faltava inventariar e ainda desperdiçando a possibilidade de o reforçar com uma percentagem dos resultados.

As considerações finais já as fiz, portanto, estamos à-vontade para podermos afirmar que com o exercício económico de 2004 foi dado mais um efectivo contributo para que *“Viver no Concelho de Soure continue a ser, de facto, cada vez melhor”.*”

**Deliberado, por unanimidade, aprovar os Documentos de Prestação de Contas/2004.-**

Ponto 23. Apreciação de uma Proposta de Alteração ao Quadro de Pessoal da Câmara Municipal

**Deliberado, por unanimidade, retirar o presente ponto da Ordem de Trabalhos.-**